



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social

MOVIMENTO SOCIAL LGBTI: LUTA E RESISTÊNCIA FRENTE AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

Valéria Barbosa Soares¹
Sandra Helena da Silva²

Resumo: o referido trabalho traz uma breve reflexão teórica sobre a trajetória do movimento social LGBTI no Brasil e suas bandeiras de lutas em torno do acesso às políticas públicas. Tendo como objetivo geral: Analisar o processo histórico do movimento social LGBTI e sua atuação diante das expressões da questão social e a importância do debate sobre a diversidade sexual no Serviço Social. A pesquisa é de natureza bibliográfica sob a orientação de abordagem qualitativa. Nessa perspectiva, o trabalho se propõe ainda a fazer uma discussão em torno da trajetória do movimento social LGBTI e sua relação com o Estado, ancorados em políticas, planos e programas de promoção da cidadania e direitos humanos.

Palavras-chave: movimento social LGBTI; diversidade sexual; políticas públicas; Serviço Social; direitos humanos.

Abstract: this work brings a brief theoretical reflection on the trajectory of the LGBTI social movement in Brazil and its flags of struggles around access to public policies. The main objective of this study is to analyze the historical process of the LGBTI social movement and its action in the face of the expressions of the social question and the importance of the debate on sexual diversity in Social Work. The research is of a bibliographic nature under the guidance of a qualitative approach. In this perspective, the paper also proposes to discuss the LGBTI social movement and its relationship with the State, anchored in policies, plans and programs to promote citizenship and human rights.

Keywords: LGBTI social movement; sexual diversity; public policy; Social Service; human rights.

1. INTRODUÇÃO

As demandas por direitos e visibilidade para as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e intersexuais - LGBTI têm sido pauta dos movimentos sociais desde a década de 1980.

Quando se fala em direitos humanos e políticas públicas direcionadas para a população LGBTI temos que destacar que tais políticas reivindicam mudanças de práticas, valores e até a forma como o Estado reconhece ou não a diversidade sexual existente no Brasil.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Amazonas, E-mail: valeria.ss_soares@hotmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, E-mail: valeria.ss_soares@hotmail.com.

Os movimentos sociais são extremamente importantes, pois é através deles que a sociedade civil procura se organizar coletivamente fazendo uso desses espaços como uma maneira de resistir as desigualdades sociais impostas pela sociedade capitalista.

Nesse sentido, o artigo traz como objetivo geral: Analisar o processo histórico do movimento social LGBTI e sua atuação diante das expressões da questão social e a importância do debate sobre a diversidade sexual no Serviço Social. A pesquisa é de natureza bibliográfica sob a orientação e abordagem qualitativa.

O artigo se divide em dois subtópicos, a primeira parte **Movimento social LGBTI: resgate histórico de suas bandeiras de lutas**, faz se uma contextualização sobre a construção do movimento social LGBTI frente o HIV/AIDS, além das diversas formas que eles se mobilizaram em oposição ao Estado na busca de seus direitos.

Na segunda parte **Diversidade sexual e Serviço Social na contemporaneidade**, faz se uma reflexão acerca do papel do Serviço Social em torno do debate da diversidade sexual e da defesa da população LGBTI e de suas demandas. Para isso, o artigo tem como categorias de análise o movimento social LGBTI, a diversidade sexual e o Serviço Social.

Assim, pesquisar a diversidade sexual e o movimento social LGBTI no Brasil é de fundamental importância para o Serviço Social, pois a defesa dos direitos humanos dessa população não tem sido efetivada pelo Estado o que afeta diretamente no reconhecimento da população LGBTI e da diversidade sexual brasileira, configurando-se em um cenário de barbárie que ora retrocede e ora avança.

2. Movimento social LGBTI: resgate histórico de suas bandeiras de lutas

Pesquisar os movimentos sociais no Brasil é fazer uma reflexão sobre os processos históricos pelo qual a sociedade civil, organizada social e politicamente, faz uso dos movimentos sociais como mecanismo de defesa e luta pelos seus direitos.

Os movimentos sociais procuram se opor à ação do Estado na regulamentação do mercado e na vida cotidiana da população, que manipula o público e o privado através da reprodução do modo de produção capitalista e dessa forma, os movimentos sociais exprimem as demandas das classes e grupos subordinados à permanente exclusão e marginalização a que estão submetidos (REFKALEFSKY, 2009).

Segundo Gohn (2003), podemos definir movimentos sociais como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da

população se organizar e expressar suas demandas” (p.13), ou seja, por meio dos movimentos sociais a classe trabalhadora tem a possibilidade de ocupar espaços de participação social na política em prol de seus direitos.

A lógica desigual do sistema capitalista tem afetado toda a sociedade, fazendo com que os diversos movimentos sociais inclusive os que representam a diversidade sexual no Brasil, busque cada vez mais respostas do Estado para as expressões da questão social no acesso a políticas públicas e sociais como saúde, segurança pública, moradia, educação e visibilidade.

Os movimentos sociais são de fundamental importância nesse processo de luta por direitos, pois são espaços democráticos de representação e negociação dos interesses que estão em jogo nas relações entre Estado e sociedade (GOHN, 2003).

Dessa forma, marcada pelos movimentos feministas e gays, ao final dos anos 1970, a comunidade LGBTI buscou alcançar a igualdade de direitos no cerne de uma sociedade capitalista de ordem heterossexual, rumo a construção de uma identidade própria que tornar-se visível a sua diversidade sexual, diversidade sexual esta, que engloba-se sujeitos como os gays, as lésbicas, as travestis, as drags, os bissexuais, os intersexuais e os transexuais em um processo gerador de liberdade e da afirmação de uma identidade que não fosse regulada por padrões heteronormativos. Referindo-se ao enquadramento de todas as relações entre pessoas em um binarismo de gênero a partir do modelo do casal heterossexual, monogâmico e reprodutivo (PEREIRA; MELO, 2012).

Mesmo após essa construção da identidade feita pelos movimentos sociais feministas e gays, a população LGBTI continuou a ser visto de maneira estigmatizada, colocados numa posição de inferioridade (SANTOS; SCHOR, 2015).

No início dos anos 1980, a estigmatização aflorou ainda mais em decorrência da epidemia do HIV/AIDS até então desconhecida. Nesse período, a comunidade LGBTI foi sem dúvida, inicialmente a mais prejudicada.

Os maiores focos da doença se deram nas cidades de São Francisco e Nova Iorque, as sedes dos movimentos de liberação gay. Em 5 de junho de 1981, o Centro de Controle de Doenças (CDC) publicou um artigo descrevendo um surto de pneumonia e sarcoma de Kaposi em jovens homossexuais (SANTOS; SCHOR, 2015).

Após o descobrimento do agente patogênico, a doença já tinha sido denominada de Peste Gay atingindo no início de seu alastramento a população gay e outros grupos como os haitianos, os hemofílicos, usuários de heroína injetável e profissionais do sexo.

O alastramento do HIV, trouxe um estigma que negativamente se espalhava no interior da comunidade gay tendo como um de seus lemas “ser gay é bom”. A

doença atingiu as partes vitais dessas pessoas, o sexo – que para a sociedade da época era o que determinava a identidade dessa comunidade (SANTOS; SCHOR, 2015).

A população LGBTI, indivíduos que reivindicavam o direito de igualdade por meio dos movimentos sociais foi massacrada pelo obscurantismo do HIV. A doença era tomada como uma punição, pelos corpos desviantes das normatividades impostas pelo binarismo.

De acordo com Santos; Schor (2015), a aids ficou sujeita a diversas manipulações e a comunidade gay serviu de bode expiatório de fobias coletivas, temor, morte, homofobia, transfobia e lesbofobia.

Na realidade, a doença apenas fez aflorar convenções sócio morais da sociedade para a com a comunidade gay que estava em busca de legitimação diante de tanta invisibilidade e preconceito.

Em meio aos estigmas, a doença impulsionou redes de solidariedade, partindo da luta dos movimentos sociais LGBTI que criaram alianças que contavam com os familiares das pessoas atingidas pela doença e profissionais de saúde não só nas cidades de São Francisco e Nova Iorque, como também no Brasil.

Enquanto isso, os movimentos feministas e LGBTI cada vez mais organizados em torno da representatividade em espaços de controle social, levaram o HIV/AIDS para a agenda das esferas do poder público, “devido à inexistência de uma política pública estruturada pelo Estado brasileiro, já que as respostas governamentais só aconteceram quando a epidemia já estava instalada no país” (SANTOS; SCHOR, 2015, p. 55).

Em 1985, criou-se o Programa Nacional de DST e AIDS, antes disso em 1983 já havia uma organização em torno do Programa de Aids em São Paulo, fruto dos esforços e da luta de representantes das comunidades LGBTI (BRASIL, 2013).

Anos depois, em 1993 o Ministério da Saúde financiou ações de prevenção e combate à AIDS, por meio de convênios municipais e estaduais e na medida em que a doença atingia outros grupos, a mobilização foi ganhando visibilidade e força.

Segundo Santos; Schor (2015), a distribuição da medicação antirretroviral já era feita gratuitamente e com isso, o modelo brasileiro de combate a aids teve reconhecimento internacional e apoio da sociedade brasileira.

Durante todo esse processo, a atuação dos movimentos sociais LGBTI possibilitaram que essa população fizesse frente às expressões da questão social e também a invisibilidade que incide sobre seus corpos, mostrando que outras formas de corpos e identidades existem, passando a exigir do Estado brasileiro maior visibilidade e garantia de direitos (PEREIRA; MELO, 2012, p.3).

Os movimentos sociais LGBTI ganharam força no Brasil em meados de 1980 e nos anos de 1990, se espalharam por quase todas as regiões do país, politicamente organizados com uma participação mais significativa frente ao Estado e à sociedade.

Segundo Foucault (2015), onde existe poder também existe a possibilidade de resistências, sendo essa, uma das principais características desses movimentos que trazem como uma importante estratégia de luta a resistência, diante de uma sociedade heteronormativa que impõem seus padrões através da regulação dos corpos e comportamentos dos indivíduos.

Algumas manifestações feitas por esses movimentos sociais como as paradas do Orgulho LGBT, as marchas e ações contra a Homofobia são realizadas como forma de sensibilizar a sociedade.

No âmbito do Poder Executivo dentre as principais formas de participação do movimento social LGBT, podemos citar as conferências setoriais e os conselhos de direitos. Nesse processo de intervenção o movimento social LGBT teve assídua participação contribuindo diretamente para o fortalecimento da democracia e nosso país, tendo como principal bandeira de luta o respeito às diferenças e o tratamento igualitário às minorias sociais, conseguindo influenciar inclusive na alocação de recursos para que o Estado alcance estes nobres desígnios (PEREIRA; MELO, 2012, p. 5).

A contribuição social dessas esferas de poder quando sensibilizadas pelas demandas dos movimentos sociais LGBTI são fundamentais, pois somente a partir de políticas públicas e do reconhecimento dessas expressões da questão social é que pode ser feito um enfrentamento direto das formas de intolerância, preconceito, exclusão, invisibilidade e desigualdade às quais esses sujeitos estão suscetíveis.

No âmbito das ações do poder executivo, existem 5 marcos principais voltados para a população LGBTI, são eles: criação do Brasil sem Homofobia (BSH) criado em 2004, o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual, a realização em 2008 da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH-LGBT em 2009, o decreto que criou o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH 3 também em 2009 e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em 2013 (BRASIL, 2013).

O Brasil Sem Homofobia (BSH), foi fruto da luta dos movimentos sociais LGBTI do Brasil que ergueram suas bandeiras de luta, visibilizando os casos de

homofobia, transfobia e lesbofobia principais expressões da questão social enfrentadas por essa população.

O BSH, possui em seus documentos a existência de 60 ações que buscam priorizar as expressões da questão social enfrentadas por essa população como os casos de violência, intolerância e também a saúde dessa população.

Apesar do baixo investimento orçamentário nesse programa, houve a partir deste a criação de Centros de Combate à Homofobia e de Núcleos de Pesquisa voltado a tais discussões em diversos estados brasileiros.

De acordo com Pereira e Melo (2012), na plenária final da I Conferência Nacional GLBT³, foram aprovadas 559 propostas norteadoras para a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT, para tal a mobilização feita pelos movimentos sociais foram de extrema eficácia na consolidação desse plano.

O BSH dispõem sobre direitos para todas as populações chamadas de minorias sociais, como a população LGBTI, mas ele possui uma lacuna grande no que diz respeito a falta de previsão de prazos para que o Estado execute as ações, o que dificulta a consolidação plena desse documento, demonstrando a falta de vontade política do governo. Regidos por atos normativos secundários, têm menor força normativa, quando comparados a leis, provocando insegurança para efetivação e garantia da cidadania da população LGBT (PEREIRA; MELO, 1990, p. 10).

Essa força normativa, é tomada como uma grave limitação para as políticas voltadas à população LGBTI pois significa romper com o único modelo existente de família, o modelo patriarcal que até os dias atuais vêm buscando enquadrar as sexualidades ao padrão heteronormativo, o que já não corresponde unicamente ao perfil das famílias brasileiras.

Outra expressão da questão social que é pauta presente nas mobilizações dos movimentos sociais LGBTI é a saúde, principalmente nos anos 2000 no Brasil, em decorrência da epidemia do HIV/AIDS.

A esse respeito Farias e Dimenstein (2006), apontam que as primeiras Organizações Não Governamentais (ONGs/AIDS) do país surgiram no eixo Sul/Sudeste em 1985, sendo uma das principais, o Grupo de Apoio à Vida, fundado em 1994 em Campina Grande – PB. Essa instituição não governamental, aglutinou portadores do vírus que viviam isolados em suas casas e voluntários da sociedade

³Nesse período ainda se utilizava a sigla GLBT em vez de LGBTI em reconhecimento a vulnerabilidade das mulheres que eram vítimas duplamente: primeiro por ser mulher e segundo por serem lésbicas, por esse motivo a sigla L passou a ser utilizada como primeira (PEREIRA; MELO, 2012).

civil local, demarcando seu território na luta contra a epidemia do HIV/AIDS e suas consequências.

Nesse sentido, as conquistas do movimento creditadas no seu ativismo coletivo e institucional em prol da saúde da população LGBTI, garantiu acesso por meio dessas Ongs como o Grupo de Apoio à Vida a medicamentos, preservativos, mas por outro lado, o Estado transformou esse terceiro setor em um mercado, gerenciando o acesso aos serviços e motivando que o portador passasse a aderir apenas aos programas governamentais que nem sempre conseguia atender a demanda.

Desse modo, acredita-se que o Estado sucateava o atendimento oferecido pelas ONGs aos portadores de HIV/AIDS, mercantilizando e despolitizando o terceiro setor. Mascarando atividades que deveriam ser públicas, como a distribuição dos medicamentos, de cestas básicas, dando-lhe caráter privado e sem garantir cidadania a essas pessoas. Isso porque o Estado, colocava-se “como mediador e, com seu viés neoliberal, prioriza respostas imediatistas às necessidades que vão surgindo, sem preocupação com seus efeitos” (FARIAS; DIMENSTEIN, 2006).

Nesse sentido, o acesso da população LGBTI às políticas públicas não estão sendo efetivadas conforme constam na Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que deve oferecer atenção integral na rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) para a população LGBTI nas Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), especialmente com relação ao HIV/AIDS e as hepatites virais (BRASIL, 2013).

A população LGBTI não está tendo acesso à saúde integral, a política nacional não está criando mecanismo de ampliação da equidade no SUS, incluindo as especificidades de cor, raça, etnia e território.

Nos serviços de saúde, o preconceito ainda é uma realidade, não existe a garantia do respeito ao uso do nome social de travestis e transexuais e problemas relacionados à saúde mental, drogadição, alcoolismo, depressão, suicídio e a epidemia do HIV/AIDS se fazem presentes entre essa população.

No Estado do Amazonas, na cidade de Manaus quando se trata de militância LGBTI temos a forte presença dos seguintes movimentos sociais: a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas (ASSOTRAM), o Manifesta LGBT+, Articulação de Homoafetivas e Aliadas do Amazonas (ALMAZ), Comissão da Diversidade Sexual da OAB/AM, Associação Garotos da Noite (AGN), Associação Orquídeas GLBT etc, esses são alguns dos movimentos que têm enfrentado as dificuldades de acesso às políticas públicas em Manaus, entre elas à saúde que inevitavelmente tem sido alvo de desmonte pelo Estado.

Assim, a população LGBTI continua sendo invisibilizada pelos representantes do povo, o reconhecimento das expressões da questão social se fazem presentes nas pautas das mobilizações dos movimentos sociais LGBTI que lutam por ações mais efetivas no campo da saúde, educação, segurança pública, assistência social, do respeito à diversidade sexual, a cultura, combate a homofobia, lesbofobia, transfobia e outros tantos direitos humanos inerentes a essa população.

3. Diversidade sexual e Serviço Social na contemporaneidade

A diversidade sexual é aqui entendida como um termo utilizado para referir-se de maneira inclusiva a toda a diversidade de gênero, de sexo, de identidade, de orientação sem a necessidade de se especificar cada um. São várias as situações de preconceito que a comunidade LGBTI enfrenta no seu cotidiano, são afirmadas em aspectos sociais e culturais que afetam os sujeitos envolvidos (CISNE; SANTOS, 2018).

A busca dos movimentos sociais LGBTI em torno de uma identidade própria, da visibilidade, da diversidade sexual, fez com que a população LGBTI sempre fosse alvo de processos discriminatórios.

Nesses tempos de barbárie, do neoconservadorismo em pleno século XXI a comunidade LGBTI tem sofrido muitos ataques e tem tido seus direitos violados por um Estado que os toma como corpos invisíveis, negando o reconhecimento de suas expressões da questão social.

No Brasil, a violência contra os LGBTI tem se nutrido na simples suposição de que o indivíduo possa ou não ser gay “o preconceito e a discriminação de natureza homofóbica estão baseados em estereótipos sobre o que deve ser uma “mulher verdadeira” ou um “homem verdadeiro” (CFESS, 2014-2017, p. 8).

A população LGBTI tem enfrentado a supressão e o antagonismo aos direitos humanos, pois além da violência cotidiana praticada contra esses, materializada através da homofobia, da transfobia e da lesbofobia, o Estado também viola essa população causando a supressão de direitos ou de “não aprovação de direitos de proteção às vítimas de violência...”. (BOSCHETTI, 2017).

Essas supressão de direitos humanos, produz o ocultamento da diversidade sexual que existe no Brasil, inviabilizando as múltiplas construções sociais que dão sentido e identidade aos corpos e ao que eles representam.

Segundo Boschetti (2017), o capitalismo está destruindo a humanidade, agudizando a pauperização da população e isso exige dos movimentos LGBTI e

também do Serviço Social renovados desafios a serem incorporados pelos seus profissionais para que seja possível buscar respostas que aponte mudanças nesse cenário.

O Serviço Social ao falar de diversidade sexual, necessita de profissionais colocados eticamente em defesa dos direitos da classe trabalhadora, independente de religião, da identidade de gênero, de raça, de etnia, para que se possa assegurar a emancipação política desses sujeitos.

Nesse sentido, para Yamamoto (2007), os eventos científicos da categoria são um espaço privilegiado para a comunicação dos resultados de pesquisas dessa natureza. Existem atualmente grupos de trabalho (GT) direcionados para as temáticas de direitos humanos e sexualidade no Serviço Social.

Tais eventos contam com a participação de alunos de graduação, pós-graduação, profissionais e pesquisadores que sem dúvida consolidam uma articulação e intercâmbio daqueles que se propõem a debater a diversidade sexual e potencializar esforços e recursos para que esses espaços cresçam cada vez mais no interior da categoria que deve ser um compromisso ético-político do Serviço Social.

Segundo CFESS (2014-2017), a diversidade sexual necessita ser incorporada aos debates no interior do Serviço Social como profissão, sendo um dos eixos centrais no debate contemporâneo, a incorporação da questão da diferença e das efetivas demandas desses sujeitos dentro da democracia, bem como a forma de lidar com a questão do reconhecimento, da inclusão social e da garantia dos direitos sexuais dos LGBTI.

Os anos 1990 foram um marco para a diversidade sexual, pois foram desenvolvidas na agenda política do país as primeiras referências com foco na redução das desigualdades de gênero, no combate ao racismo e em torno de políticas que contemplasse as expressões da questão social da população LGBTI.

Estudos sobre a sexualidade embora sejam tradicionais no campo da antropologia brasileira e pesquisas recentes também no campo das ciências sociais têm retomado o debate da população LGBTI sob o viés de enquadramentos e marcadores sociais, levando-se em conta a vulnerabilidade social que sujeitam essas pessoas (CFESS, 2014-2017).

Nesse sentido, o Serviço Social brasileiro também tem procurado trazer para a arena do debate reflexões acerca do preconceito, da diversidade sexual e da homofobia. O próprio Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, lançou durante a sua gestão 2014-2017 o primeiro caderno da série Assistente Social no Combate ao Preconceito.

Esse caderno lançado pelo CFESS (2014-2017) trouxe uma abordagem sobre as inúmeras formas de preconceitos, práticas de discriminação contra formas de vida e modos de comportamentos, seja para com as mulheres, população LGBTI etc.

O caderno é importante porque abre espaço para o debate dessas temáticas no interior de uma categoria ainda com traços conservadores, provocando reflexões que buscam desconstruir padrões já pré-estabelecidos, como por exemplo, o binarismo de gênero, que fundamentado na heteronormatividade vêm durante anos estigmatizando a população LGBTI, também usuária dos serviços sociais ofertados pelos espaços sócio ocupacionais onde os assistentes sociais estão inseridos. Entre eles o campo da educação, da saúde, da assistência social etc.

E é nesse sentido que o CFESS tem buscado combater não só todas as formas de preconceito, mas também dar suporte aos/as assistentes sociais, para que a categoria se mantenha vigilantes em seu posicionamentos éticos e políticos, tão presentes nas dinâmicas socioinstitucionais (CFESS, 2014-2017).

Temáticas em torno da diversidade sexual, do preconceito e da LGBTfobia são complexas, não somente para o Serviço Social, mas também para as outras ciências sociais pois lidam com a natureza singular dos indivíduos e dos sujeitos coletivos, por isso mesmo, em alguns momentos sofrem resistências, além é claro da falta de empatia por parte de alguns profissionais.

Para Cisne e Santos (2018), essas temáticas contemplam formas de resistência e devem sim estar totalmente incorporadas nas pautas da categoria profissional, pois o Serviço Social é uma profissão que além de surgir profissionalmente com a ascensão da sociedade capitalista e estar inserida na divisão sócio técnica do trabalho, conforme nos diz lamamoto (2007). Trata-se de uma profissão que sofre as refrações do capitalismo, bem como a população LGBTI que também sofre as refrações dessa sociedade, materializada através do preconceito e da violação de seus direitos.

Dessa forma, a atuação da categoria ao lidar com as expressões da questão social dessa população, exigirá uma abordagem na perspectiva marxista da totalidade, reconhecendo seu caráter radicalmente histórico como um ser social carregado de complexidades.

Assim, a diversidade sexual está inserida numa relação de sociabilidade e ao mesmo tempo na individualidade de cada um, com sua existência implicada na luta de classes e nas contradições postas pela realidade social (CISNE; SANTOS, 2018). Portanto, a diversidade sexual dos indivíduos deve ser compreendida como um todo, não pode de forma alguma ser reduzida a uma única identidade de gênero e regulada por padrões heteronormativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais são ferramentas que a classe trabalhadora utiliza para mobilizar ações sociais coletivas, no âmbito sociopolítico e cultural que possibilita aos sujeitos formas diferentes de organização e expressão de suas demandas. Sempre existiram e sempre há de existir, pois constituem formas de empoderamento à medida que criam sujeitos sociais consciente da realidade que os cercam.

Dessa forma, desvelar de que maneira a população LGBTI vem se organizando politicamente ao longo dos anos através dos movimentos sociais e de que forma a diversidade sexual está presente no Serviço Social é o que torna viável e relevante a proposta deste artigo.

Os movimentos sociais LGBTI no decorrer de sua luta lidam com o adestramento que recai sobre os seus corpos, diante de uma sociedade heteronormativa que busca enquadrar a sociedade aos seus padrões já pré-estabelecidos, excluindo e marginalizando aqueles que diferem desse sistema normativo.

A forma de resistência desses movimentos sociais é a demarcação da sua diversidade sexual, exigindo do Estado uma maior visibilidade para que esses sujeitos não sejam discriminados em função da sua sexualidade e para que seus direitos possam ser garantidos.

Nesse jogo de poder, apesar das conquistas que esse movimento já adquiriu claro, direitos como a saúde LGBTI foi maquiada pelo Estado na execução de projetos, planos, programas e políticas, colocando a saúde numa perspectiva de mercado, como no caso do acesso ao tratamento do HIV/AIDS diante da falta de medicamentos, de acompanhamento médico etc.

As demandas da população LGBTI como o acesso à saúde, direitos sexuais, educação, moradia, segurança, cultura, assistência social, uso do nome social e o processo transexualizador pelo SUS são eixos centrais que precisam ser reconhecidos pelo Estado, para que a população LGBTI desfrute do mínimo de democracia e da cidadania.

Assim, no desdobramento dessas reflexões, nota-se o impacto e o crescimento que os movimentos sociais vêm operando desde a década de 1980 no Brasil, em que a história do movimento LGBTI é uma história de luta coletiva em torno de padrões

que ocasionam sofrimento à vida desses sujeitos, enfrentando conflitos com normatividades sociais relacionadas ao gênero e a sua sexualidade. Portanto, debates e discussões sobre essa temática são necessários aos profissionais de Serviço Social que lidam no seu cotidiano e com essa diversidade sexual, garantindo o acesso aos seus direitos, lutando ao lado da classe operária e dos movimentos sociais no reconhecimento das expressões da questão social por parte do Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília, DF: Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa/Departamento de Apoio à Gestão Participativa, 2013.

BARROCO, Maria Lúcia. Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e sociedade**. N. 124. São Paulo: Cortez, 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e sociedade**. N. 128. São Paulo: Cortez, 2017.

CISNE, Mirla. Fundamentos teóricos-políticos da diversidade humana, do heteropatriarcado e do racismo. In: **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2018. Biblioteca Básica de Serviço Social, V.8. (p. 23-133).

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Transfobia. In: **Assistente social no combate ao preconceito**. Caderno 4. Brasília, DF: CFESS, Gestão Tecendo na luta a manhã desejada, 2014-2017. (p. 5-18).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3ª. – ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FARIAS, Maio Spellman Quirino de; DIMENSTEIN, Magda. **Configurações do ativismo anti-Aids na contemporaneidade**. V. 11, n. 1. Jan/Abr de 2006. Maringá: Psicologia em Estudo, 2006. (p. 165-174).

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003. (Capítulo 1).

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, Jeffeson William; MELO, Lucilene Ferreira de. **A trajetória de**

reinvndicação do movimento social lgbt por direitos e políticas públicas no Brasil e no Amazonas. IV Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. Bahia, 2012. (p. 1-16).

REFKALEFSKY, Violeta Loureiro. Forças contra o modelo hegemônico. In: REFKALEFSKY, Violeta Loureiro. **Amazônia no século XXI:** novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009. (Capítulo 8).

SANTOS, Renato Caio Silva; SCHOR, Néia. **As primeiras respostas à epidemia de aids no Brasil:** influências dos conceitos de gênero, masculinidade e dos movimentos sociais. V. 24. n. 1. São Paulo: Revista Psicologia, 2015. (p. 45-59).